



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DFQ

RELATORIA: DFQ**TERMO:** VOTO À DIRETORIA COLEGIADA**NÚMERO:** 11/2026**OBJETO:** Proposta de abertura de Audiência Pública referente à prorrogação antecipada do Contrato de Concessão da Malha Tereza Cristina – Ferrovia Tereza Cristina S.A. – FTC.**ORIGEM:** Superintendência de Concessão da Infraestrutura (SUCON)**PROCESSO (S):** 50500.011373/2026-91**PROPOSIÇÃO PF/ANTT:** Não há.**ENCAMINHAMENTO:** por aprovar a abertura de Audiência Pública referente à prorrogação antecipada do Contrato de Concessão da Ferrovia Tereza Cristina S.A.**1. DO OBJETO**

1.1. Trata-se de proposta de abertura de Audiência Pública para colher contribuições da sociedade acerca dos estudos técnicos realizados no âmbito do processo de prorrogação antecipada do Contrato de Concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de cargas na Malha Tereza Cristina, celebrado em 28 de janeiro de 1997 entre a União e a Ferrovia Tereza Cristina S.A. – FTC, bem como acerca da minuta do respectivo Termo Aditivo de Prorrogação.

2. DOS FATOS

2.1. A Malha Tereza Cristina, pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, foi concedida à Ferrovia Tereza Cristina S.A. – FTC após leilão realizado em 22 de novembro de 1996. A outorga da concessão foi efetivada pelo Decreto Presidencial de 24 de janeiro de 1997, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 27 de janeiro de 1997, tendo sido o Contrato de Concessão celebrado em 28 de janeiro de 1997, com início de vigência em 1º de fevereiro de 1997 e término previsto para 1º de fevereiro de 2027.

2.2. O contrato originalmente contempla prazo de 30 (trinta) anos, com possibilidade de prorrogação por igual período. A malha possui extensão total de 164 km (cento e sessenta e quatro quilômetros) e localiza-se no Estado de Santa Catarina, abrangendo 14 (catorze) municípios.

2.3. Em 27 de dezembro de 2021, a FTC protocolou junto à ANTT, por intermédio da Carta nº 159/FTC/2021 (SEI 9334100), pedido de prorrogação antecipada do Contrato de Concessão, com fundamento na Cláusula Terceira do Contrato e na Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017.

2.4. A Superintendência de Transporte Ferroviário – SUFER, em análise preliminar, verificou o cumprimento dos requisitos de tempestividade e de desempenho contratual exigíveis para a apresentação do pedido, conforme se afere do Despacho GERE 9363837.

2.5. Em ato subsequente, por meio do Ofício SEI nº 34401/2021/DG/DIR-ANTT (SEI 9367658), de 30 de dezembro de 2021, a Diretoria-Geral encaminhou o pleito à então Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos – SEPP/ME, para conhecimento e manifestação acerca da possibilidade de qualificação do empreendimento no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, nos termos do art. 2º da Lei nº 13.448/2017.

2.6. Ante a mudança de governo e a consequente reestruturação ministerial, a Diretoria-Geral da ANTT expediu, em 27 de junho de 2023, o Ofício SEI nº 20351/2023/DG-ANTT (SEI 17548913) ao Ministério dos Transportes, reiterando a solicitação e destacando a proximidade do término contratual. Em 3 de outubro de 2023, novo ofício foi expedido o Ofício SEI nº 32765/2023/DG-ANTT (SEI 19279853), reforçando a urgência da manifestação ministerial e da qualificação no PPI como condição para o prosseguimento das tratativas.

2.7. Em 14 de outubro de 2024, foi publicado o Decreto nº 12.221/2024, qualificando a Malha Tereza Cristina no âmbito do PPI, para fins de prorrogação antecipada do Contrato de Concessão, conforme autoriza o art. 4º, II, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.

2.8. A partir da qualificação, a Concessionária encaminhou à ANTT, por meio das Cartas nºs 158/FTC/2024 (SEI 27279108), de 7 de novembro de 2024, e 161/FTC/2024 (SEI 27402584), de 12 de novembro de 2024, a proposta inicial da Modelagem Econômico-Financeira – MEF. Por meio do Ofício SEI nº 37551/2024/SUCON/DIR-ANTT (SEI 27813279), de 25 de novembro de 2024, a Superintendência de Concessão da Infraestrutura – SUCON solicitou à Concessionária a entrega dos estudos técnicos completos, consoante o art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.448/2017 e o art. 3º, § 2º, da Portaria MT/GM nº 532/2024.

2.9. Em atendimento, a FTC encaminhou, em 10 de fevereiro de 2025, por meio da Carta nº 021/FTC/2025 (SEI 29710539), os estudos técnicos completos, organizados em seis volumes: (i) Resumo Executivo; (ii) Mercado e Demanda; (iii) Caderno de Engenharia; (iv) Caderno Operacional; (v) Modelagem Econômico-Financeira; e (vi) Caderno Ambiental.

2.10. Ato contínuo, a SUCON, encerrou os trabalhos de instrução técnica referentes à sua competência e elaborou as Notas Técnicas SEI nºs 1566/2026/GEREG/SUCON/DIR-ANTT (SEI 39556237) e 1567/2026/GEFER/SUCON/DIR-ANTT (SEI 39559438), e propôs a abertura de Audiência Pública, com disponibilização da minuta de Termo Aditivo de Prorrogação (SEI 39664648) e da minuta de Caderno de Obrigações (SEI 39559212).

2.11. Os autos foram, então, encaminhados à Diretoria Colegiada para análise e deliberação.

2.12. Mediante sorteio realizado em 20 de fevereiro de 2026, esta Diretoria foi designada Relatora da matéria, conforme se afere da Certidão de Distribuição 39701475 juntada aos autos.

2.13. São os fatos. Passa-se, a seguir, à análise processual.

3. DA ANÁLISE PROCESSUAL**Da Obrigatoriedade Legal e Normativa da Audiência Pública**

3.1. A realização de Audiência Pública antes da celebração do Termo Aditivo de Prorrogação decorre de expressa determinação legal. O art. 10 da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, assim dispõe:

Art. 10. As prorrogações de que trata o art. 5º desta Lei deverão ser submetidas previamente a consulta pública pelo órgão ou pela entidade competente, em conjunto com o estudo referido no art. 8º desta Lei.

Parágrafo único. A consulta pública será divulgada na imprensa oficial e na internet e deverá conter a identificação do objeto, a motivação para a prorrogação e as condições propostas, entre outras informações relevantes, fixando-se o prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias para recebimento de sugestões.

3.2. A seu turno, a Resolução nº 6.020, de 20 de julho de 2023, que dispõe sobre os meios de Participação e Controle Social (PPCS) no âmbito da Agência, estabelece em seu art. 14, inciso II, a obrigatoriedade de Audiência Pública quando da celebração de minutas de contratos de concessão ou permissão. Considerando que a minuta de Termo Aditivo ora submetida à apreciação da sociedade consubstancia um novo regramento contratual de 30 (trinta) anos de

vigência, com a inserção de investimentos, obrigações de desempenho, nova matriz de alocação de riscos e condições econômico-financeiras inteiramente reformuladas, se mostra adequada a realização de Audiência Pública para o presente caso.

3.3. Quanto aos requisitos formais da Audiência Pública, destacam-se a divulgação com antecedência de, ao menos, cinco dias em relação ao início do Procedimento de Participação e Controle Social (PPCS), a duração mínima de quarenta e cinco dias e a realização de pelo menos uma sessão pública, de forma presencial e/ou virtual, dentro de um período de encaminhamento de contribuições por escrito.

3.4. Para o caso, estão previstas duas sessões públicas, sendo uma em Criciúma/SC e outra em Brasília/DF, permitindo a participação presencial e por videoconferência.

Do Cumprimento dos Requisitos de Elegibilidade para Prorrogação Antecipada:

3.5. Neste ponto, convém registrar que os requisitos de elegibilidade à prorrogação antecipada, previstos nos arts. 5º e 6º da Lei nº 13.448/2017, foram verificados pela área técnica, sendo eles:

Art. 5º A prorrogação contratual e a prorrogação antecipada do contrato de parceria nos setores rodoviário e ferroviário observarão as disposições dos respectivos instrumentos contratuais, balizando-se, adicionalmente, pelo disposto nesta Lei.

§ 1º As prorrogações previstas no **caput** deste artigo poderão ocorrer por provocação de qualquer uma das partes do contrato de parceria e estarão sujeitas à discricionariedade do órgão ou da entidade competente.

§ 2º Exceto quando houver disposição contratual em contrário, o **pedido de prorrogação contratual deverá ser manifestado formalmente ao órgão ou à entidade competente com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) meses, contados do término do contrato originalmente firmado.**

§ 3º Para fins do disposto nesta Lei, e desde que já não tenha sido prorrogado anteriormente, o contrato de parceria poderá ser prorrogado uma única vez, por período igual ou inferior ao prazo de prorrogação originalmente fixado ou admitido no contrato.

Art. 6º A prorrogação antecipada ocorrerá por meio da inclusão de investimentos não previstos no instrumento contratual vigente, observado o disposto no art. 3º desta Lei.

§ 1º **A prorrogação antecipada ocorrerá apenas no contrato de parceria cujo prazo de vigência, à época da manifestação da parte interessada, encontrar-se entre 50% (cinquenta por cento) e 90% (noventa por cento) do prazo originalmente estipulado.**

§ 2º A prorrogação antecipada estará, ainda, condicionada ao atendimento das seguintes exigências por parte do contratado:

I - quanto à concessão rodoviária, a execução de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das obras obrigatórias exigíveis entre o início da concessão e o encaminhamento da proposta de prorrogação antecipada, desconsideradas as hipóteses de inadimplemento contratual para as quais o contratado não tenha dado causa, conforme relatório elaborado pelo órgão ou pela entidade competente;

II - **quanto à concessão ferroviária, a prestação de serviço adequado, entendendo-se como tal o cumprimento, no período antecedente de 5 (cinco) anos, contado da data da proposta de antecipação da prorrogação, das metas de produção e de segurança definidas no contrato, por 3 (três) anos, ou das metas de segurança definidas no contrato, por 4 (quatro) anos. (grifos nossos)**

3.6. No que toca à tempestividade, o pedido foi apresentado em 27 de dezembro de 2021, quando o contrato se encontrava com aproximadamente 83% (oitenta e três por cento) do prazo total decorrido, situando-se, portanto, na faixa entre 50% (cinquenta por cento) e 90% (noventa por cento), exigida pelo § 1º do art. 6º da Lei nº 13.448/2017.

3.7. Quanto ao desempenho contratual, o Despacho GERE 9363837 atestou o cumprimento das metas de produção nos exercícios de 2016 a 2020, em conformidade com o inciso II do § 2º do art. 6º da mesma Lei.

3.8. A qualificação do empreendimento no PPI, condição *sine qua non* para a aplicação da Lei nº 13.448/2017, foi formalizada pelo Decreto Presidencial nº 12.221, de 14 de outubro de 2024, completando o conjunto de pressupostos legais para o prosseguimento do processo.

Da Síntese dos Estudos Técnicos e da Minuta de Termo Aditivo:

3.9. Nos termos do parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.448/2017, a Audiência Pública deve ser realizada em conjunto com os estudos de que trata o art. 8º da mesma Lei. A SUCON comprovou, por meio das Notas Técnicas SEI nº 1566/2026/GEREG/SUCON/DIR-ANTT (SEI 39556237) e nº 1567/2026/GEREG/SUCON/DIR-ANTT (SEI 39559438), que os estudos técnicos foram entregues pela Concessionária e submetidos ao escrutínio da Agência, encontrando-se disponíveis para consulta pública. Os referidos estudos abrangem a modelagem econômico-financeira, os cadernos de demanda, engenharia, operação e ambiental, em consonância com os requisitos do art. 8º, § 1º, da Lei nº 13.448/2017.

3.10. A minuta de Termo Aditivo apresentada à deliberação desta Diretoria incorpora as atualizações regulatórias alinhadas ao modelo da 3ª Etapa de Concessões Ferroviárias, entre as quais se destacam: (i) a extinção da Verba de Fiscalização e sua substituição pelos Recursos para Apoio e Supervisão à Gestão Contratual, em atendimento ao Acórdão TCU nº 1592/2024 – Plenário; (ii) a instituição do Verificador como organismo independente de avaliação da conformidade; (iii) a modernização da matriz de alocação de riscos, com previsão de tratamentos específicos para eventos climáticos extremos, vandalismo e implantação de novas rotas alternativas; (iv) a inclusão de mecanismo de Comitê de Prevenção e Solução de Disputas (*dispute board*); (v) o detalhamento de um Plano de Investimentos com intervenções obrigatórias em pátios, material rodante, obras de arte especiais, passagens em nível e vedação de faixa de domínio; e (vi) a inserção de obrigações de sustentabilidade e de resiliência climática, incluindo o Programa de Neutralização de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

Do Programa de Transição Energética Justa (TEJ):

3.11. A Malha Tereza Cristina apresenta singularidades que conferem especial relevância à participação social no presente processo. Trata-se de ferrovia essencialmente urbana, com 164 km (cento e sessenta e quatro quilômetros) de extensão e mais de uma passagem em nível a cada 500 (quinhentos) metros, em média, atravessando 14 (catorze) municípios catarinenses e conectando as minas de carvão mineral da região carbonífera ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em Capivari de Baixo, além de servir ao Porto de Imbituba.

3.12. O cenário de longo prazo da concessão é permeado pela questão da Transição Energética Justa – TEJ, instituída pela Lei nº 14.299, de 5 de janeiro de 2022, que prevê o encerramento, até 2040, da geração termelétrica a carvão mineral sem abatimento de emissões, com impactos diretos sobre a principal fonte de receita da ferrovia, que responde, atualmente, por aproximadamente 81% (oitenta e um por cento) da carga total transportada.

3.13. Tal conjuntura torna ainda mais necessária a ampla participação pública no debate sobre as condições da prorrogação, de modo que a sociedade civil, os municípios lindeiros, os usuários do serviço e os agentes econômicos afetados possam contribuir para o aperfeiçoamento das condições contratuais, especialmente no que se refere aos mecanismos de gestão do risco decorrente da transição energética, ao cronograma de mitigação de conflitos urbanos, aos investimentos previstos e às garantias de continuidade do serviço adequado.

3.14. Por fim, com relação à Audiência Pública, cumpre destacar que o período previsto para envio de contribuições é do dia 09 de março de 2026 até às 18 horas do dia 22 de abril de 2026 (horário de Brasília/DF) e que ela contará com duas sessões públicas, a ocorrer em Criciúma/SC e Brasília/DF, permitindo a participação presencial ou por videoconferência dos interessados, conforme se afere da Minuta de Aviso de AP 39940644.

3.15. Pelo exposto, considerando os elementos trazidos aos autos, os quais passam a integrar o presente ato e constituem sua razão de decidir, verifica-se que a proposta de abertura de Audiência Pública referente à prorrogação antecipada do Contrato de Concessão da Malha Tereza Cristina se mostra apta para aprovação pelo Colegiado.

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Ante o acima exposto, VOTO por aprovar a abertura de Audiência Pública com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Termo Aditivo e anexos, com vistas ao aprimoramento dos estudos para a prorrogação antecipada do prazo de vigência contratual da Concessionária Ferrovia Tereza Cristina S.A. - FTC.

Brasília, 27 de fevereiro de 2026.

(assinado eletronicamente)

FELIPE QUEIROZ

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE FERNANDES QUEIROZ**, Diretor, em 27/02/2026, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39896323** e o código CRC **A738294E**.

Referência: Processo nº 50500.011373/2026-91

SEI nº 39896323

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - www.antt.gov.br